

Secretário dos EUA cancela reunião com Haddad

Governo entrega plano de contingência do tarifaço nesta terça

Por Gabriela Gallo

A reunião entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o secretário do Tesouro dos Estados Unidos (EUA), Scott Bessent, que iria acontecer virtualmente nesta quarta-feira (13), foi cancelada. No encontro, os respectivos representantes debateriam sobre as tarifas de 50% impostas pelo presidente dos EUA, Donald Trump (Republicano), a produtos brasileiros. A informação foi divulgada pelo próprio Haddad nesta segunda-feira (11). Segundo o ministro, o cancelamento ocorreu devido a pressões da extrema direita que boicotam qualquer possibilidade de solução para o tarifaço.

“A militância antidiplomática dessas forças de extrema direita que atuam junto à Casa Branca tomaram conhecimento da minha fala, porque eu dei a público que eu ia me reunir com o Bessent na quarta-feira, e agiram junto a alguns assessores do presidente [dos EUA] Trump, e a reunião virtual com ele foi desmarcada e não foi remarcada até agora”, disse Haddad em entrevista à Globonews.

O ministro ainda citou que, logo após anunciar o encontro com Bessent, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) anunciou publicamente que atuaria para impedir a reunião entre Haddad e o secretário do Tesouro norte-americano – o que foi concretizado. “Não há como não relacionar uma coisa à outra. Não há coincidência”, reiterou o chefe da Fazenda.

Contingência

Nesta segunda-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da



Haddad, Alckmin e Lula discutiram plano de contingência ao tarifaço

Silva (PT) se reuniu com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Serviço, Geraldo Alckmin (PSB), para alinhar o plano de contingência que será divulgado para amenizar os impactos financeiros e comerciais do tarifaço na exportação de produtos brasileiros aos EUA.

O plano será divulgado como uma Medida Provisória (MP) que será encaminhada para aprovação no Congresso Nacional. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), informou, em entrevista à CNN Brasil, que dará prioridade a projetos e medidas do governo federal que visem proteger a economia e exportadores atingidos pelas tarifas impostas pelo governo dos EUA.

O presidente Lula destacou que uma das prioridades do plano de contingência é preservar empregos, especialmente dos principais setores atingidos e com maior exposição às

tarifas de exportação em 50% – como café, carne, máquinas agrícolas, frutas e pescados. Além dessas medidas, a expectativa é que sejam anunciadas outras medidas emergenciais, como linhas de crédito subsidiadas e um aumento de compras governamentais.

O plano de contingência está dentro da Lei de Reciprocidade Econômica (Lei 15.122/2025), sancionada em abril. A lei permite a suspensão de concessões comerciais, investimentos e obrigações relacionadas a direitos de propriedade intelectual, como resposta a ações unilaterais que prejudiquem a competitividade internacional do Brasil.

“Isso inclui situações em que há interferência nas esferas soberanas do Brasil, violação de acordos comerciais, ou imposição de requisitos ambientais mais rigorosos do que os adotados pelo País, considerando as capacidades e padrões ambientais brasileiros. Ou

seja, enquadra-se exatamente no imbróglio vivido atualmente com os EUA. Para a implementação, o Poder Executivo pode adotar contramedidas como restrições a importações de bens e serviços do estado/país que tenha incorrido nas hipóteses acima, via tarifaço, por exemplo; suspensão de obrigações de propriedade intelectual ou outras previstas em acordos comerciais”, explicou ao Correio da Manhã o sócio do escritório Meirelles Costa Advogados Morvan Meirelles Costa Junior.

Retaliação

Questionado pela reportagem, Morvan Junior confirmou que existe a “possibilidade de Donald Trump retaliar juridicamente o plano de contingência brasileiro com a imposição de mais tarifas”.

“O presidente Trump já sinalizou que qualquer medida tarifária retaliatória por parte do Brasil será respondida”.

Em meio a ataques dos EUA, Moraes defende Constituição

Por Karoline Cavalcante

Em meio às ofensivas dos Estados Unidos contra o sistema judicial brasileiro, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, afirmou nesta segunda-feira (11) que a promulgação da Constituição Federal representou um divisor de águas na história política do país, ao impedir a repetição de práticas autoritárias, como golpes militares ou populismos personalistas. A declaração foi feita durante a palestra de abertura da 23a Semana Jurídica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

Segundo o magistrado, a Carta Magna foi um marco fundamental para blindar o regime democrático contra interferências indevidas. “Se, como vimos, as instituições garantiram a democracia desde 1988, é verdade também que a própria democracia vem sendo atacada de forma jamais vista desde a redemocratização do mundo, que é a redemocratização pós-guerra”, iniciou. “E se é verdade que vem sendo atacada por um novo populismo extremista, nós não podemos fingir que não há bases que permitam esse discurso antidemocrático florescer”, prosseguiu.

Moraes ressaltou que, historicamente, o Legislativo na América Latina enfrentou dificuldades para conter os abusos do Executivo. Nesse contexto,



Moraes recebeu colar do Tribunal de Contas de São Paulo

destacou que os constituintes decidiram fortalecer o Judiciário, garantindo-lhe autonomia financeira, administrativa e funcional — além de assegurar liberdade plena aos magistrados para julgar conforme a legislação vigente.

Ofensivas

As declarações de Moraes ocorrem em meio a críticas crescentes por parte do governo do presidente dos EUA, Donald Trump (Republicano), que recentemente impôs sanções contra o ministro, com base na Lei Magnitsky — legislação criada para punir violações gra-

ves de direitos humanos e casos relevantes de corrupção. A medida retaliatória alega que o magistrado promoveu “prisões arbitrárias” e a “supressão da liberdade de expressão”, além de direcionar suas decisões contra figuras da oposição, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), atualmente réu no STF por suposta tentativa de golpe de Estado após a derrota nas eleições de 2022. O documento também menciona a imposição de restrições a plataformas de mídia social sediadas nos Estados Unidos.

Nesse cenário, Moraes decretou recentemente a prisão

domiciliar de Bolsonaro, após o ex-presidente, ainda que indiretamente, ter se manifestado publicamente no último domingo (3), descumprindo medidas cautelares que o impedem de se comunicar, inclusive por meio de terceiros. Para o ministro, o episódio configurou violação direta das restrições judiciais, além de caracterizar tentativa de obstrução da Justiça e intimidação ao Poder Judiciário. Em reação, representantes da Casa Branca voltaram a criticar a atuação do magistrado. No último sábado (9), o vice-secretário do Departamento de Estado dos EUA, Christopher Landau, responsabilizou Moraes pelo enfraquecimento das relações bilaterais e afirmou que ele teria usurpado poderes ditatoriais ao ameaçar líderes de outros poderes — ou seus familiares — com prisões e outras sanções.

“Essa pessoa destruiu o relacionamento historicamente próximo do Brasil com os EUA, entre outras coisas, ao tentar aplicar a lei brasileira extraterritorialmente para silenciar indivíduos e empresas em solo americano. E a situação é inédita e anômala precisamente porque essa pessoa veste uma toga judicial”, diz o trecho. “Assim, nos encontramos em um beco sem saída, onde o usurpador se encobre no Estado de Direito e os outros poderes insistem em se considerar impotentes para agir”, prossegue Landau.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Jefferson Rudy/Agência Senado



Senador foi criticado em redes sociais

Mourão é contra foro para livrar processados

O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) abriu uma brecha no coro da direita favorável ao fim do foro privilegiado — e começou a apanhar em redes sociais.

Em seu perfil no X, o ex-vice de Jair Bolsonaro disse que sempre foi contra a prerrogativa de foro para agentes políticos. Mas ressaltou: sua extinção “não pode e nem deve ser usada como ar-

gumento para proteger parlamentares que estejam sendo investigados”.

Foi o que bastou para ser chamado de “traíra”, “canalha”, “melancia” (verde por fora e vermelho por dentro).

Caso o foro especial seja retirado da Constituição, como querem bolsonaristas, muitos processos contra políticos serão anulados e recomeçarão na primeira instância.

Proteção

Mourão frisou que a Constituição já permite ao Congresso barrar “ações penais politicamente motivadas ou arbitrárias”. O artigo autoriza a Câmara e o Senado sustarem a tramitação de processos contra seus integrantes denunciados ao Supremo Tribunal Federal.

Bancada

Hoje, a bancada do PT na Câmara vai se reunir para debater propostas defendidas pela direita, como o fim do foro e a anistia. Apesar de depender de mudança constitucional, o primeiro projeto é o que mais seduz parlamentares, muitos deles, pendurados no STF.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Deputado Reimont ressalta possível impunidade

Para petista, mudança seria outra etapa do golpe

Para o deputado Reimont (PT-RJ), a extinção do foro e dos processos contra parlamentares seria “uma nova etapa do roteiro do golpe”.

Segundo ele, a direita tenta convencer a opinião pública de que a medida representaria o fim de um privilégio: mas esconde que já se debate a reinclusão na Constituição de ar-

tigo que exija que Câmara ou Senado aprove a abertura de processo criminal contra um de seus membros. Esta necessidade foi retirada em 2001.

Reimont lembra que a anulação de processos no STF beneficiaria também congressistas investigados no inquérito das fake news e por desvios de emendas parlamentares.

Sem pressa

Também da base do governo, a deputada Jan-dira Feghali (PCdoB-RJ) afirma ser contra o fim da prerrogativa de foro de maneira apressada, na atual conjuntura política, em meio a processos que apuram a tentativa de golpe de Estado e o envolvimento de políticos.

Perseguição

A parlamentar ressalta que, de maneira mais ampla, o foto especial pode ser importante para evitar perseguições políticas em milhares de comarcas de primeira instância pelo país. O tema, afirma, precisa ser avaliado, com consulta a informações e estatísticas.

Receio

Às vésperas de deixar a Presidência e perder a prerrogativa de foro, Fernando Henrique Cardoso demonstrava preocupação com a possibilidade de, a partir da entrega da faixa, ser alvo de milhares de processos espalhados pelo país. Daria muito trabalho e muitas despesas.

Sem conversa

Em 1968, a Câmara negou autorização para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado por suposta ofensa às Forças Armadas. A decisão irritou os militares — como era uma ditadura, eles fecharam o Congresso, bailaram o AI-5 e cassaram o mandato do parlamentar.